



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1002933-21.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Duplicata**
 Requerente: **Transportes Dumar Ltda.**
 Requerido: **Fábio Luiz Dias Marcelino Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

TRANSPORTES DUMAR LTDA., qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de Fábio Luiz Dias Marcelino Me, também qualificado, alegando seja credor da importância de R\$ 3.127,04 representada por nota de transporte de mercadoria nº 420550, devidamente protestada, requerendo a expedição do mandado de pagamento pelo valor atualizado da dívida R\$ 3.127,04.

Citado por edital, o réu não pagou a quantia especificada na petição inicial e não apresentou embargos ao mandado monitório.

Foi-lhe nomeado Curador Especial, que contestou o pedido por negativa geral.

É o relatório.

DECIDO.

Dispensável a produção de outras provas.

O pedido monitório está instruído com cópia da nota de transporte, do comprovante de entrega da mercadoria devidamente assinado e do instrumento de protesto. Tais documentos são hábeis para embasar o ajuizamento da ação monitória.

Por outro lado, cabia ao réu o ônus de provar que o débito não era devido ou que já tivesse ocorrido o pagamento. Ressalta-se que os embargos por negativa geral não têm o condão de afastar a presunção do crédito representado pelos documentos juntados com a petição inicial.

No mais, cumpre seja tomada a dívida pelo seu valor original, de R\$ 1.470,24, que é o valor da notas acostada à inicial, e que sobre esse valor incida correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos documentos, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

O réu deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os embargos opostos por Fábio Luiz Dias Marcelino Me contra TRANSPORTES DUMAR LTDA., e dou por constituído o título executivo judicial pelo valor de R\$ 1.470,24 (*um mil quatrocentos e setenta reais e vinte e quatro centavos*), o qual deverá ser acrescido correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos documentos que instruem a inicial, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO o réu/embargante ao pagamento das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Um a vez transitada em julgado, intime-se o devedor, na pessoa de seu procurador, ou, na falta deste, na de seu representante legal ou então pessoalmente, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

Publique-se Intimem-se.

São Carlos, 28 de agosto de 2017.

VILSON PALARO JÚNIOR
 Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA